

EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO: UMA AÇÃO MEDIADORA

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND EVALUATION: A MEDIATOR ACTION

EDUCACIÓN INFANTIL Y EVALUACIÓN: UNA ACCIÓN MEDIADORA

*Juliana Pereira da Silva*¹

*Sonia da Cunha Urt*²

RESUMO: Tem-se como objetivo analisar algumas propostas práticas de avaliação na Educação Infantil, visando à valorização desta como uma ação mediadora e de maior reflexão, capaz de incentivar de forma sistemática e consciente, o acompanhamento e desenvolvimento da criança. Nesse contexto, demonstram-se os dispositivos legais que subsidiam a avaliação para Educação Infantil, suas concepções e sua importância em âmbito da aprendizagem e desenvolvimento da criança, bem como também, da prática do professor. Faz-se referência à Teoria Histórico-Cultural para explicar o processo de aprendizagem e como acompanhá-lo de forma qualitativa. Dessa forma, posteriormente à revisão bibliográfica faz-se uma apresentação e análise de alguns trabalhos avaliativos, conclui-se que a avaliação na Educação Infantil, é um processo que se materializa em várias ações que contemplam todo o percurso de aprendizagem e desenvolvimento da criança, do professor e da instituição.

PALAVRAS- CHAVE: Avaliação. Educação Infantil. Mediação.

ABSTRACT: This article has as objective to analyze some practical proposals for evaluation in early Childhood Education, aiming at promoting this as a mediating action and greater reflection, able to encourage systematically and consciously, monitoring and development of the child. In this context, the legal provisions demonstrate that subsidize the assessment for early Childhood Education, their ideas and their importance in context of the child's learning and development, as well as, the practice of the teacher. Reference is made to the Historical-Cultural Theory to explain the learning process and how to accompany it qualitatively. Thus, subsequent to review a submission and examination of some evaluative work, concluded that the assessment in early Childhood Education, is a process that materializes in several actions that contemplate all the way of learning and development of the child, the teacher and the institution.

KEYWORDS: Evaluation. Early Childhood Education. Mediation.

RESUMEN: El objetivo es analizar algunas propuestas prácticas de evaluación en la Educación Infantil, pretendiendo la valorización de esta como una acción mediadora y de mayor reflexión, capaz

¹Mestranda em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bolsista da CAPES. Email: professora_ju@hotmail.com

Doutora em Educação com Pós-Doutoramento em Psicologia Educacional; Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CCHS e Coordenadora do GEPPE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação – UFMS. Email: sonia.urt@gmail.com

de incentivar de forma sistemática y consciente, el acompañamiento y desarrollo del niño. En ese contexto, se demuestran los dispositivos legales que subsidian la evaluación para Educación Infantil, cuyas concepciones y su importancia en ámbito del aprendizaje y desarrollo del niño, así como también, de la práctica del profesor. Se hace referencia a la Teoría Histórico-Cultural para explicar lo proceso de aprendizaje y como acompañarlo de forma cualitativa. De esa forma, posteriormente a al revisión bibliográfico se hace una presentación y análisis de algunos trabajos evaluativos, se concluye que la evaluación en la Educación Infantil, es un proceso que se materializa en diversas actividades encaminadas todo el viaje de aprendizaje y desarrollo de los niños, el profesor y la institución.

PALABRAS CLAVE: Evaluación. Educación Infantil. Mediación.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma criança é um processo complexo e dinâmico, em que vários fatores exercem influências positivas ou negativas. Na escola, o acompanhamento deveria privilegiar as especificidades, respeitando-se a individualidade e as conquistas de cada etapa do processo de aprender e se desenvolver. Acompanhar esse processo exige uma compreensão sobre o desenvolvimento infantil e das propostas pedagógicas, enfim sobre o cenário educativo voltado para atender crianças de 0 a 5 anos.

A avaliação é de suma importância porque através do acompanhamento contínuo do desenvolvimento infantil é possível reavaliar ações, redirecionar objetivos, ampliar novas possibilidades de trabalho.

Neste contexto, a avaliação na Educação Infantil se faz necessária para que professores e diretores possam entender o princípio de mediar a aprendizagem, de forma positiva e significativa em âmbito do ensino-aprendizagem.

Objetiva-se, portanto, apresentar os dispositivos legais que subsidiam a avaliação para Educação Infantil, refletir as concepções da avaliação e a importância desta no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e da prática do professor, visando reconhecer e respeitar as especificidades do trabalho infantil, bem como expor algumas propostas de avaliação.

O trabalho é de caráter qualitativo apresentando dispositivos legais como a Portaria Ministerial 1.147/2011/MEC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para explicar de que forma funciona a avaliação na Educação Básica e principalmente na Educação Infantil. Utilizando também as ideias de Hoffmann (2012) como meio norteador do trabalho para discutir a avaliação na Educação Infantil, far-se-á a análise e apresentação de alguns trabalhos de avaliação que foram realizadas em um Centro de Educação Infantil, na cidade de Campo Grande/MS tendo como base de amostra neste artigo algumas fotos, relatórios e desenhos

como instrumentos de análise para discutir a avaliação da aprendizagem de crianças de 0 a 5 anos pautado na teoria histórico-cultural.

Consideramos que os procedimentos de pesquisa podem ser aproximados ao conceito de instrumentos (VIGOTSKI, 2009). Neste sentido, constituem-se em um elemento intrínseco de toda a pesquisa, condicionando a sua existência e as próprias possibilidades de ações do pesquisador. Trata-se de algo indissociável de sua ação de “fazer pesquisa” e que expressa um determinado conjunto de experiências da humanidade relacionadas à produção de conhecimento científico (NASCIMENTO, 2011, p. 1).

As análises desses instrumentos nos ajudam a ampliar a discussão sobre avaliação pautada em um referencial teórico-metodológico que contemple a aprendizagem, o desenvolvimento e a formação humana como um processo dialético.

A fundamentação na teoria histórico-cultural busca explicar o processo de aprendizagem sob a ótica de Vigotski, a qual, segundo Nogueira e Urt (2007, p. 53) trata-se de uma “abordagem histórica do psiquismo humano, supõe considerar, na sua análise, tanto o produto quanto o processo, tanto a descrição como a explicação e o rompimento com os comportamentos fossilizados e cristalizados”.

A partir dessa proposta de contextualização histórica da instituição escolar, que tomou como ponto principal da reflexão a ideia de que a passagem pela escola e a modalidade predominante de atividade de crianças e jovens é central na própria concepção de desenvolvimento nas sociedades escolarizadas, podemos afirmar que não é apenas legítimo, mas necessário que a escola trabalhe com a construção de um determinado modo de pensar. Essa questão remete a noção de intencionalidade do ato educativo, afastando-o daquilo que é, de alguma forma, espontâneo ou natural: é para desenvolver um modo de pensar, privilegiado pela sociedade em que está inserida, que escola trabalha o desenvolvimento das crianças. Remete, também, a ruptura entre a escola e o cotidiano (OLIVEIRA, 2003, p. 29).

Neste sentido, entende-se a escola como um lugar que proporciona o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças de maneira intencional por meio de relações mediadas, na qual a criança não é vista como passiva nesse processo, mas como um ser histórico, cultural e de movimento.

Segundo o entendimento de Lima, Silva e Ribeiro (2010, p. 17) a teoria histórico-cultural percebe a criança com ilimitada habilidade de aprendizagem “é capaz de ações humanizadoras, de relacionamentos, de convivência com outras crianças e adultos em seu entorno, constituindo sua natureza social humana, mediante apropriações e objetivações motivadoras de seu desenvolvimento cultural”.

Tal conceito remete a criança a uma dimensão em que é sujeito, pois se mostra ativa no seu processo de desenvolvimento, fato este, que requer a aquisição de nova significação para Educação Infantil, na qual ressaltam Lima, Silva e Ribeiro (2010, p. 16) “como possibilidade de humanização, oriunda dos processos intencionais e conscientes de ensino e de aprendizagem das crianças a partir do seu nascimento”.

Para melhor entendimento acerca do método de avaliação na Educação Infantil, primeiramente propõe-se a explanar no que se caracteriza essa etapa de ensino, a que público se destina e de que forma é aplicada a prática pedagógica.

A AVALIAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS DA LEI

De acordo com o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação para Educação Infantil (2012), criado pela portaria ministerial 1.147/2011/MEC, a Educação Infantil é destinada às crianças de 0 a 5 anos de idade, entendida como dever do Estado e direito de todas as crianças, oferecidas em creches e pré-escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que a Educação Infantil refere-se à Educação Básica no Brasil, sendo considerada primeira etapa de ensino, oferecida em período diurno, com uma jornada parcial ou integral. Tem como meta o desenvolvimento global da criança, dos quais: aspectos físicos, emocionais, psíquicos, afetivos e sociais, completando a ação da família.

E a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Art. 4º). Essas concepções devem fundamentar a sistemática de avaliação da Educação Infantil (GT, 2012, p. 5).

A criança entendida como sujeito de direito e produtora de conhecimento mudou toda a concepção de infância, no entanto, atualmente ainda se percebe na prática do professor, resquícios da concepção antiga. A criança, sendo movimento, tendo desejos, questiona, manifesta opiniões, enfim, produz cultura, tais situações é o cenário em que aprende, e cabe à escola desenvolver metodologias que contemplem estas especificidades infantis.

O governo federal criou alguns órgãos para desenvolver um Sistema de Avaliação na Educação Básica, dentre os quais: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado efetivamente em 1994, composto pela Avaliação Nacional da

Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Escolar do Rendimento Escolar (ANRESC- conhecida como Prova Brasil); e para avaliar os alunos que terminaram o ensino médio o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entretanto, o sistema de avaliação não contempla a Educação Infantil, mesmo sendo parte da Educação Básica.

Portanto, se faz oportuno ampliar a abrangência, o escopo e as finalidades do que se designa como avaliação da educação básica, bem como, no caso da educação infantil – que está em processo de sistematização de uma proposta de avaliação – incorporar possibilidades de sua implementação por meio de procedimentos diversificados, prevendo-se a participação de múltiplos sujeitos na condição de avaliadores, explorando-se a sua dimensão formativa (GT, 2012, p. 6).

O desafio agora é pensar em formas de avaliar o aprendizado e o desenvolvimento da criança, por meio de uma ação conjunta, visando analisar todo o percurso em busca de melhoramento da prática, e não meramente uma análise descritiva do processo, somente envolvendo o produto final, e sim, medir o que a criança aprendeu.

Se avaliação significa fazer análise de algo, atribuir um valor, avaliar, então, a avaliação na Educação Infantil é, pois “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, a melhoria do objeto avaliado” (HOFFMANN, 2012, p. 13).

Avaliar não se reduz a emitir juízo de valor, mas sim realizar um acompanhamento de todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem da vida institucional da criança, com o propósito de aprimorar a prática docente.

A avaliação da aprendizagem é competência da escola. Como previsto no art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 9.394/96), na Seção II, da Educação Infantil, “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Portanto, tem como referência os objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da instituição e não deve assumir finalidades seletivas e classificatórias. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB número 05/2009) explicitam que as creches e pré-escolas devem planejar formas de avaliação que contemplem o acompanhamento do trabalho pedagógico e a avaliação do desenvolvimento da criança (GT, 2012, p. 14).

A avaliação não deve ser caracterizada como instrumento classificatório ou seletivo, nem tampouco, ser realizada com base em um único instrumento. As creches e pré-escolas devem elaborar metodologias de avaliação para acompanhar o desenvolvimento da

criança, enfatizando-se a criança em si mesma, sem sequer comparar o desenvolvimento de uma criança com a outra, pois cada uma tem sua história, seu percurso e seu ritmo.

Tratando-se da avaliação da instituição, implantado pelo MEC/2008, esta é feita por meio dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, com base na auto-avaliação, na qual os membros da comunidade escolar e não escolar realizam a avaliação de forma conjunta, analisando-se todos os pontos que precisam ser melhorados e reforçando os pontos positivos.

A avaliação institucional abrange a análise da instituição educativa como um todo, nas dimensões política, pedagógica e administrativa, tem como marco o projeto pedagógico e visa subsidiar seu contínuo aprimoramento, por meio do julgamento das decisões tomadas pelo coletivo da instituição, das propostas delineadas e das ações que foram conduzidas, suas condições de realização e dos resultados que vêm sendo obtidos (SOUSA, 2006 apud GT, 2012, p. 14).

A avaliação institucional busca encontrar meios para melhor oferecer uma educação de qualidade com participação de toda a comunidade escolar ou não. Infelizmente, tal forma de avaliar requer mais aprimoramento na Educação Infantil, em que após a percepção dos erros que vem sendo cometidos é possível traçar estratégias, iniciando um processo de transformação.

AVALIAÇÃO FUNDAMENTADA NOS PRINCÍPIOS DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Nogueira e Urt (2007) asseveram que os princípios da Teoria Histórico-Cultural têm base em três pilares, quais sejam: caráter de movimento do objeto da psicologia, a influência social na formação psíquica do homem e a aceitação da atividade psíquica e prática.

O desenvolvimento psíquico decorre da interação social, do movimento interpessoal para intrapessoal, ou seja, o indivíduo se apropria das experiências sociais acumuladas ao longo da história, internaliza subjetivamente as experiências, de fora para dentro, sem deixar de lado as questões biológicas que são potencializadas pela mediação da cultura.

Neste contexto, a partir das principais ideias de Vigotski, buscou-se fazer uma relação com a avaliação do desenvolvimento da criança. Para este autor as funções psíquicas têm sustentação biológica porque resulta da atividade do cérebro, no qual as funções

psicológicas se originam da interação dos indivíduos com o meio, determinadas pelo tempo e espaço, interação essa, mediada por símbolos.

Os processos psicológicos superiores como a memória, o raciocínio, a consciência, caracterizam o indivíduo como espécie humana, em que o homem age de maneira ativa, transforma e é transformado pelo meio, numa relação dialética. É na mediação dos instrumentos e dos signos que ocorre a internalização do conhecimento externo, que se torna interno e subjetivado, inerente a cada ser. O homem não tem uma relação direta com o meio, é mediada por uma cultura produzida em um processo histórico, apresentada por meio de instrumentos (externo) e signos (interno) (VIGOTSKI, 2007).

Assim, os signos são processos internos que representam psiquicamente os objetos reais e concretos, os instrumentos. Nesse processo de aprendizagem o desenvolvimento decorre de maneira dialética, um impulsionando o outro.

A análise das etapas críticas que desencadeiam mudanças no desenvolvimento humano a partir do uso de instrumentos, do trabalho e do uso de signos psicológicos e da apropriação da cultura, como modo pelo qual se torna possível a dimensão ontológica nos indivíduos identifica o processo histórico da evolução do homem (BERNARDES, 2010, p. 302).

Nesta perspectiva, é possível entender o homem, apoiando-se em Vigotski (2007), como ser social, o qual se constitui com base na formação do seu psiquismo por meio de uma relação dialética, com os bens produzidos historicamente ao longo dos tempos, assim, nessa relação, o homem vai constituindo sua condição humanizada, própria da evolução da espécie humana.

O desenvolvimento é classificado de duas formas, o real, que é a capacidade do indivíduo realizar as atividades de modo autônomo, e o desenvolvimento potencial, que é a capacidade de realizar uma atividade de forma mais precisa com auxílio de alguém com mais experiência.

A zona de desenvolvimento potencial ou proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais “capazes” (NOGUEIRA; URT, 2007, p. 54, grifo no original).

Com base na Zona de Desenvolvimento Potencial, o desenvolvimento ocorre na medida em que a pessoa é desafiada, para que consiga atingir um novo conhecimento, uma nova proposta, de forma mediada. A escola nesse sentido, precisa

potencializar o ensino, saindo apenas do plano do real e mediar o processo de construção do conhecimento de maneira dialética.

Trate-se da relação entre a dimensão universal, própria da genericidade humana, e a dimensão singular, caracterizada pela individualidade dos sujeitos, mediada pelo particular, condições e circunstâncias criadas pela vida em sociedade (BERNARDES, 2010, p. 302).

Através da cultura o indivíduo constrói seus conceitos, influenciados pelo meio sociais, são espontâneos ou cotidianos, construídos a partir da vivência, das relações de mediação e internalização. Já os conceitos científicos, termo utilizado por Vigotski, são apreendidos de forma sistematizada, adquiridos na escola.

No contexto das ideias de Vigotski, pode-se entender a importância da escola no processo de desenvolvimento da criança. Nogueira e Urt (2007) apontam que o ensino de qualidade é aquele que se antecipa ao desenvolvimento, entende a importância do outro, o professor como mediador participativo na construção do conhecimento, considerando-se todo o processo de aprendizagem, não se preocupando somente com o resultado. Dessa forma, cria a capacidade de romper com práticas fossilizadas, apreendendo que o processo de desenvolvimento de cada criança é subjetivo.

Ao avaliar uma criança apenas com aspectos descritivos, verificando-se o que ela aprendeu ou não, bem como falar sobre seu comportamento agitado, serve apenas para criar rótulos à criança, não privilegia toda sua trajetória, a qual é cheia de transformações significativas.

Para se avaliar o desenvolvimento da criança, pelo olhar da Psicologia Histórico-Cultural, exige-se do (a) professor (a) o rompimento dos conceitos fossilizados, desconstruindo concepções e matizando outras, por meio da mudança de postura e da atuação na prática pedagógica. Alicerçando nesse repensar e neste, reordenar concepções, e na forma de viver e repensar o mundo é que a avaliação poderá superar o modelo de mera quantificação e classificação responsáveis pelas marcas e rótulos de caráter discriminatório e preconceituoso (NOGUEIRA; URT, 2007, p. 61).

Avaliar o desenvolvimento de uma criança é uma ação complexa e exige da escola um olhar de extrema atenção, um conhecimento sobre o aprender e o desenvolver do aluno, para que assim, através de metodologias de avaliação ou de instrumentos variados seja possível aferir de maneira mais sistematizada, contemplando o indivíduo e seus avanços.

CONCEPÇÃO E INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO

A palavra avaliação vem do latim *valere*, significa “ter saúde, vigor força”; em português adquiriu outros significados, dentre os quais: “valia”, originando o termo avaliar. Ampliando-se a pesquisa para descobrir a origem da palavra avaliação, encontrou-se também do francês *évaluer*, que significa “definir o valor de”, vindo do latim “ex”, “fora”, mais *valere*, que significa “ser forte”, “estar bem”, “ser de valor” (ORIGEM DA PALAVRA, 2010). Assim, avaliar significa “fazer análise”, “estimar”, “calcular” (AULETE, 2009, p. 83).

Baseando-se em tais definições propõe-se uma abordagem reflexiva acerca da avaliação na Educação Infantil.

Os instrumentos que compõem o processo de avaliação são os relatórios, anotações e as análises, que descrevem as conquistas da criança. Segundo Hoffmann (2012) os instrumentos não podem ser chamados de avaliação, fazem parte de um processo que auxiliam no acompanhamento do cotidiano, mas tomados fora de um contexto não se configuram em processos avaliativos.

Para avaliar as crianças na Educação Infantil é necessário escolher, de maneira criteriosa, o que se deseja avaliar. Caso os instrumentos escolhidos contemplem de maneira satisfatória os avanços conquistados pela criança, é imprescindível que permitam guiar o professor no direcionamento de sua prática pedagógica. Afinal, a avaliação não é somente em relação à criança, quando se avalia o desenvolvimento do aluno, conseqüentemente se está avaliando toda a instituição, pois a avaliação é uma prática social.

De acordo com Lopes, Mendes e Faria (2006) a avaliação no contexto escolar não é neutra, envolve as concepções de crianças, de cultura, de educação, de aprendizagem, ou seja, a instituição avalia da mesma forma que percebe a criança com suas especificidades.

O questionamento está em: se na Educação Infantil a avaliação não tem caráter de promoção e nem de classificação, o que avaliar? As instituições que estão preocupadas com o desenvolvimento das crianças utilizam a avaliação como uma ação mediadora da aprendizagem e das práticas pedagógicas, as quais se relacionam intrinsecamente.

Para uma avaliação mediadora, conforme aponta Hoffmann (2012) é preciso que o professor aprenda a olhar, a observar, de forma que possa desenvolver técnicas de observação, apreendendo não só o que está visível, mas o ‘ver além’, um olhar sensível

voltado a todos os momentos do cotidiano escolar. Por isso, a avaliação é dinâmica e global, através dela o educador pode analisar seu trabalho e aperfeiçoar sua prática.

Hoffmann (2012) assevera que a avaliação mediadora tem como característica a observação individualizada da criança, a ação reflexiva sobre os diversos comportamentos do educando, o planejamento como forma intencional de propor atividades significativas.

Conforme Lopes, Mendes e Faria (2006, p. 19) alguns estudos apontaram “a perspectiva acolhedora da avaliação na Educação Infantil, defendendo que, nesta perspectiva, tem-se como objetivo principal diagnosticar e incluir as crianças pelos mais variados meios”. Dessa forma, incluem-se todas as vivências cotidianas da criança de maneira integral.

Além da observação, outro instrumento muito importante no processo de avaliação é o registro do que foi observado. Pode ser feito de diversas formas como escrita, fotografias, desenhos entre outros. Ao registrar, o professor consegue enxergar com maior clareza os fatos observados e repensar estratégias que fundamentem sua prática diária.

Quando o (a) professor (a) faz o registro de suas observações, ele (a) pensa o que registrar e analisa aquilo que observou. A escrita é uma das formas privilegiadas de representação da nossa realidade, nos obriga a reorganizar nosso pensamento e nos estimula a refletir sobre o que está sendo representado. O registro também é importante como documentação da história/processo do trabalho e do desenvolvimento da criança (LOPES; MENDES; FARIA, 2006, p. 22).

Os registros podem ser feitos de maneira compartilhada, junto à criança, mesmo que ainda não tenha adquirido o conhecimento convencional da prática de ler e escrever, pois podem expressar suas experiências vividas; a professora serve como escriba.

A observação e o registro são ações que devem fazer parte da rotina da Educação Infantil, de forma que o acompanhamento do desenvolvimento da criança torne-se uma ação planejada, significativa e capaz de mudar pensamentos e atitudes.

Em relação aos relatórios, estes permitem fazer uma abordagem acerca da história da criança no contexto escolar.

Como história individual, devem esses registros revelar as especificidades de cada criança, numa leitura positiva de suas peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias, respeitando e valorizando o seu jeito de ser diferente das outras – diferenças entendidas como normais, e não desvantajosas (HOFFMANN, 2012, p. 75).

Os relatórios são importantes porque ao documentar algo observado através da linguagem escrita o processo torna-se mais reflexivo e sistematizado, pois nessa ação há reorganização do pensamento (VIGOTSKI, 1988 apud HOFFMANN, 2012).

Por meio da escrita, além disso, pode-se distanciar do próprio pensamento e refletir sobre as ideias escritas, “objetivadas” (transformadas em objeto, como se fosse de outra pessoa), reinterpretando-as, retomando OS quadros conceituais Ali esboçados, no sentido de construir novas hipóteses para situações vividas e melhores caminhos a percorrer (HOFFMANN, 2012, p. 75).

Realizar apontamentos da história individual de cada criança proporciona embasamento estratégico, pois permite apresentar a singularidade de cada criança, que no entendimento de Hofmann (2012, p. 92) “busca delinear um processo percorrido pela criança em sua permanente tentativa de superação, de novas tentativas e conquistas”. Portanto, esse método de avaliação não visa expor resultados esperados ou apontar problemas de comportamento. Na citação abaixo é possível observar o olhar da professora a respeito da criança.

Lana é uma criança que sempre expõem suas opiniões. Pude perceber que ela gosta de ficar próxima a colega Lauany na hora das atividades. Na hora da contação de história ela interage fazendo comentários e perguntas. Outro dia ela comentou com os colegas que foi pescar com o pai e que seu pai pescou um peixe enorme, as crianças ficaram admiradas e eu também de vê-la relatar esse fato tão bem e com tanta facilidade. Lana gosta de pintar, desenhar e faz as atividades com muito carinho, controla bem o corpo quando realiza atividades de correr, pular, saltar, descer e subir. No momento das refeições se alimenta bem (ARQUIVO PESSOAL, 2013).

Ressalta-se que quando um professor avalia uma criança expõe sua concepção sobre infância, educação e muitos outros aspectos; traz embutido valores morais, a cultura que o cerca e que o influenciou em sua formação. Portanto, é necessário que o professor tenha clareza sobre suas concepções, capaz de pensar sobre seu papel como mediador no processo de desenvolvimento da criança.

De acordo com Hoffmann (2012) existem três princípios que descrevem os passos para elaboração de um relatório de avaliação.

O primeiro dele é o princípio da ‘investigação’ docente, o professor precisa criar situações para melhor observar a criança na caminhada de construção de conhecimento. A partir de então, refletir sobre o observado, como no exemplo da citação, a professora relata que a criança gosta de pintar, desenhar, ou realiza as atividades motoras com facilidade.

O segundo princípio é de ‘provisoriedade’, o professor precisa sistematizar diariamente as situações vivenciadas, criando subsídios para posteriormente fazer uma avaliação mais reflexiva e abrangente sobre a criança, como no exemplo da citação, em que a professora relata o momento que uma fala da criança lhe chamou a atenção, ficou admirada com a desenvoltura e espontaneidade da criança ao contar uma história vivida.

O terceiro princípio é o de ‘complementaridade’, no caso quando é necessário maior tempo para a observação, ou mesmo oferecer atividades diferenciadas elaborando-se uma ação complementar, para melhor observar as particularidades e vivência de cada criança.

Desta forma, no momento de transcrever as observações, o professor tem a oportunidade de refletir sobre sua prática, indagar sobre suas próprias ações, perceber a criança de uma forma globalizada, construir e desconstruir saberes. No âmbito dessa função da avaliação, cria-se a possibilidade de maior acompanhamento do desenvolvimento da criança, e simultaneamente, a avaliação do professor acerca de si mesmo.

A avaliação como uma ação conjunta, requer a participação de todos os professores, pais e demais funcionários da instituição. As crianças fazem parte dessa ação avaliativa norteando o processo de aprendizagem e avaliação, em que alguns pontos podem ser ressaltados:

Quem são as crianças? Como elas se desenvolvem? Qual é o papel da instituição de Educação Infantil nesse processo? Qual é o papel do (a) professor (a)? Como a instituição de Educação Infantil e a família podem atuar articuladamente, visando melhores formas de acompanhar a criança? Tomando-se estas e outras questões como referência, pode-se transformar o ato de avaliar num processo constante de ação-reflexão-ação e assim orientar a tomada de consciência dos envolvidos, o que irá permitir: Ao (à) professor (a): desenvolver a capacidade de observação e de registro dos avanços das crianças, bem como refletir sobre as alternativas e estratégias para as intervenções necessárias e, ainda, ampliar a capacidade de reflexão sobre seu fazer e sua formação (LOPES; MENDES; FARIA, 2006, p. 20).

De acordo com a citação acima, todos (professores, pais e instituição) devem se envolver na prática avaliativa, cada um contribuindo com aquilo que lhe compete.

Se os professores devem desenvolver um olhar atento e reflexivo para acompanhar o desenvolvimento da criança, repensando nas estratégias diárias de avaliação, trabalhando sempre de maneira colaborativa, por sua vez, os pais devem acompanhar as conquistas diárias dos filhos, mantendo uma relação dialógica com a instituição, sendo participativo nas tomadas de decisões.

Em seu papel na sociedade, a instituição deve se organizar ao pleno desenvolvimento da criança, capacitando os professores e todos os profissionais envolvidos, proporcionando condições adequadas de trabalho, bem como criar meios para a participação dos pais no contexto escolar.

Estratégias estas, que implementadas de forma conjunta, auxiliam na avaliação realmente pedagógica, capaz de promover a construção de novos saberes, tanto das crianças como dos professores, num processo de mediação em que o aprendizado se faz respeitando a subjetividade de cada criança.

Para Lopes, Mendes e Faria (2006) o processo de ensinar e aprender, por serem muito complexos, não permite uma avaliação pautada em listagens de comportamentos positivos ou negativos, ou ainda em quantificação de ‘saberes’ que a criança adquiriu durante um período. Na Educação Infantil a observação tem que ser o principal instrumento para se realizar um acompanhamento diário do desenvolvimento do educando.

A observação deve ser sustentada por conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e orientada por metas e objetivos claros, definidos na proposta pedagógica da instituição e concretizados na prática educativa do (a) professor (a). É importante ressaltar que esses objetivos devem, necessariamente, levar em conta todos os aspectos do desenvolvimento da criança (LOPES; MENDES; FARIA, 2006, p. 20).

O professor deve pautar-se em referenciais que explicam o desenvolvimento infantil para realizar a observação atenta, reflexiva e consciente sobre o universo da criança. O planejamento consciente e diário considera as ações voltadas às especificidades da criança, baseando-se na proposta pedagógica da instituição, tendo-se claro o objetivo que pretende alcançar.

PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO: O PROFESSOR É O MEDIADOR

Para Hoffmann (2012) a ideia de avaliação mediadora, coloca a participação do professor como fundamental, pois é ele o observador, capaz de refletir e construir os saberes necessários para melhor conduzir a ação pedagógica.

Desta forma, a contribuição de Vigotski sobre a Zona de Desenvolvimento Potencial está na valorização da habilidade, competência da criança, em que o professor deve considerar primeiramente este aspecto, e não ficar apenas no que ela já consegue realizar sozinha, para que assim, possa desafiar, criar situações na qual a criança, por meio da

mediação do educador, atinja novas ações cognitivas, motoras e afetivas, de forma integral e não fragmentada.

Para Vigotski (1988 apud LIMA; SILVA; RIBEIRO, 2010, p. 16), “o bom ensino incide sobre Zona de Desenvolvimento Próximo para que ocorra a aprendizagem deflagradora de novas possibilidades de desenvolvimento”.

E quando é realizada a avaliação deve-se analisar todo o conjunto dos vários aspectos que envolvem o cenário avaliativo, não apenas análise descritiva, conforme denotada no quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Análise descritiva por meio de questionário com respostas SIM ou NÃO.

	Progressivamente está conquistando	Não demonstrou avanço	Desenvolve de maneira satisfatória	Não consegue
Manifesta-se oralmente em diferentes circunstâncias.				
Ouve, memoriza e recita pequenos textos.				
Formula e verbaliza perguntas e opiniões.				
Acompanha e aprecia a leitura ou contação de histórias.				

Fonte: Elaborado pelas autoras

Deste modo, citado acima, nota-se a padronização do desenvolvimento infantil. Essa forma de avaliar não contempla as especificidades da criança, não demonstra suas vivências, suas conquistas e suas particularidades, fica claro, então, que o professor não desenvolve uma prática pedagógica mediadora e sim tenta construir um apanhado de saberes em que a criança deve se encaixar em uma das opções. Esse método avaliativo não contempla todo o dinamismo, a complexidade da construção do conhecimento e do desenvolvimento infantil.

Mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento. Entendida dessa forma, a avaliação mediadora é um processo espontâneo sem ser espontaneísta. Ou seja, é espontâneo à medida que admira cada criança em suas manifestações diversas e singulares do dia a dia. Não um processo espontaneísta, uma vez que essa admiração e respeito se fundamentam em premissas teóricas consistentes sobre a construção do conhecimento e na definição de objetivos significativos que

embasem a observação, a reflexão e a ação pedagógica (HOFFMANN, 2012, p. 46).

Diversos são os recursos que podem ser utilizados como forma de avaliação, quais sejam, o caderno de planejamento, os registros feitos sobre as experiências vividas das crianças. No quadro 2 tem-se a citação de trechos de algumas atividades planejadas por uma determinada professora de pré-escola.

Quadro 2: Planejamento de atividades pré-escolar.

14 h – Desenho

Objetivo: compor cenas a partir da história ouvida.

Conhecimento: Desenho com interferência.

Situação didática:

✓ Relembrar a história de João Maria ouvida no dia interior.

✓ Perguntar quais eram os personagens.

✓ Pedir para as crianças ilustrarem a capa da história.

Recursos: Sulfite, lápis de cor.

14 h 30 – Lanche

14 h 40 – Recreio

15 h – Recorte e colagem

Objetivo: explorar as possibilidades expressivas do papel. Rasgar.

Conhecimento: movimento e ritmo com as mãos.

Situação didática:

✓ Falar para as crianças que as mesmas receberão revistas para rasgarem.

✓ Explicar que cada uma irá tirar uma folha por vez e rasgar pedaços pequenos, grandes, médios.

✓ Depois irá passar cola com o dedo e construir imagens no papel pardo. As crianças ficarão livres para compor a imagem que desejarem.

✓ Após a atividade feita todos irão ajudar a organizar a sala, recolhendo os papéis que estiverem no chão.

✓ Após a limpeza da sala todas as crianças serão convidadas a voltarem para os lugares para organização da próxima atividade.

Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Após a sistematização do trabalho planejado, os professores podem refletir sobre as atividades propostas, questionando se os objetivos foram alcançados, o que precisa ser melhorado e o que foi realizado com êxito.

A criança configura seu próprio percurso, a avaliação mediadora irá contemplar a subjetividade, sem roteiros pré-estabelecidos, exigindo assim, a cada instante uma postura reflexiva do professor, pautada em seu referencial teórico.

Um professor de Educação Infantil precisa oferecer às crianças atividades que desafiem as diversas possibilidades de criação de maneira significativa, criativa, permitindo maior liberdade para que o aluno possa explorar espaços e objetos.

Apresentam-se algumas práticas registradas em uma instituição de ensino infantil, fundamentada na proposta de avaliação do percurso individual através do grafismo, no período de dois anos em Campo Grande/MS. Abaixo, cita-se um trecho do projeto intitulado “O desenho como forma de expressão”: A instituição entende a avaliação de forma diferenciada, voltada à criança.

O presente projeto surgiu da necessidade de mostrar a importância do desenho no desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil e acompanhar de maneira sistemática e registrar os avanços mês a mês para que até mesmo os alunos possam enxergar seus progressos. O desenho é um modo de expressão próprio da criança, através dele ela associa o prazer da inscrição e a satisfação de deixar sua marca. Através do desenho a criança brinca, fala, mostra seu desenvolvimento, assume seu caráter próprio o desenho é uma das formas de expressar o que sentem e pensam sobre si mesmas e o mundo. Por isso, sentimos a necessidade de fazer um trabalho direcionado ao desenho para mostramos, para provarmos o quanto o desenho fala sobre a personalidade da criança e seu desenvolvimento (ARQUIVO PESSOAL, 2012/2013).

A primeira situação dos instrumentos avaliativos são as produções das crianças, como os desenhos, escritos e elaborações artísticas em geral; todas servem de subsídios para um acompanhamento conforme as figuras 1 e 2:

As figuras demonstram os momentos em que o educador pode avaliar e registrar as melhores circunstâncias, privilegiando o olhar atento e reflexivo, conforme entendimento de Lopes, Mendes e Faria (2006).

Figura 1 - Atividade em grupo



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Figura 2 - Atividade individual



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Na figura 1 várias situações podem ser analisadas sobre o comportamento das crianças, pois na realização da atividade houve a necessidade de dividir um mesmo suporte para desenhar, as crianças tiveram que ocupar um espaço menor do painel. Na figura 2, são trabalhos individuais, que após exposição pode-se fazer uma roda e ouvir os comentários das crianças e a partir dessa interação buscar subsídios para avaliação individual.

Outro momento que a avaliação pode ser realizada refere-se às atividades em grupo, nas brincadeiras tem-se a oportunidade de observar vários pontos como: desafio das brincadeiras, as reações frente ao inesperado, as intervenções, o convívio em grupo.

Na figura 3, cada criança apresentou um interesse, escolheu suas brincadeiras, revelando que espontaneamente expressam muitos saberes próprios de sua vivência, são partes do desenvolvimento; um olhar reflexível pode captar as singularidades.

Figura 3 - Atividade ao ar livre



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Dar liberdade para os alunos explorarem o espaço não significa que seja uma atividade desorganizada, pelo contrário, o professor como mediador proporciona os limites necessários, permitindo as situações de aprendizagem, de conflitos e de curiosidade.

Abaixo, nas figuras 4, 5, 6 e 7, demonstram-se algumas atividades de uma instituição de ensino, as quais proporcionam interação e construção.

Figura 4 - Interação com os colegas



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Figura 5 - Liberdade de movimento



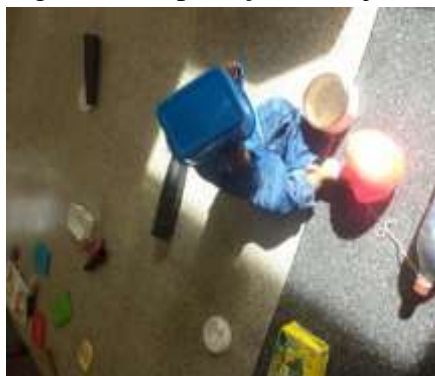
Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Figura 6 - Trabalhos de leitura



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

Figura 7 - Exploração de objetos



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

As figuras 4 a 7 mostram as possibilidades pedagógicas que servem para que o professor tenha uma observação atenta e reflexiva sobre as descobertas de cada criança. Exploração de objetos diversos, liberdade de movimento, interação com outros colegas, trabalhos de arte em geral, são atividades que possibilitam uma escuta sensível do educador.

A seguir, na figura 8, mostra-se a evolução do desenvolvimento de Andrew por meio dos desenhos, de março de 2012 a dezembro de 2013. Mesmo com a mudança de professor de um ano para o outro o trabalho avaliativo continuou, configurando-se como parte do processo.

Figura 8—Desenvolvimento do grafismo de Andrew



Fonte: Arquivo pessoal (2012/2013)

As imagens do projeto revelam a evolução da criança, a escola, de maneira sistematizada, conseguiu acompanhar seu desenvolvimento, sua capacidade cognitiva, como é percebido na figura 8, em que no começo de 2012 se via um desenho simples e já no final de 2013, o grafismo tornou-se mais complexo e elaborado, passando para o universo do letramento. Todas as atividades do projeto foram dispostas em pastas individuais, e ao final, entregues aos pais.

O direcionamento desse tipo de trabalho possibilita um acompanhamento do desenvolvimento gradativo da criança, bem como proporciona amplo conhecimento e experiência ao professor.

Para uma avaliação que contemple o processo de maneira global, o planejamento é parte essencial. Os objetivos devem contemplar áreas do desenvolvimento infantil:

Desenvolvimento motor, conhecimento físico, conhecimento lógico matemático, conhecimento social, conhecimento espaço temporal, linguagem e representação (gráfica, plástica, musical, corporal e outras), desenvolvimento socioafetivo (HOFFMANN, 2012, p. 75).

Trabalhar essas áreas do conhecimento é considerar de maneira planejada e consciente todos os campos de desenvolvimento da criança, explorando-se a cognição, a motricidade, a socioafetividade, enfim o desenvolvimento integral do ser.

Para Hoffmann (2012) a forma de desenvolver uma avaliação mediadora e trabalhar com a pedagogia de projetos na Educação Infantil permite uma aprendizagem organizada, intencional e significativa para a criança. Os projetos podem surgir da curiosidade das crianças, de propostas do professor, das brincadeiras, da leitura de um livro, ou seja, das vivências na escola, ou fora dela, podem surgir temáticas que vão contribuir para o desenvolvimento de projetos significativos. Tais projetos precisam ser pensados de maneira articulada ao conhecimento científico e o conhecimento espontâneo da criança.

Desta forma, entende-se que o trabalho na Educação Infantil se faz a partir de vários olhares (professores e crianças), o conhecimento é construído de maneira mediada, fundamentado por meio do diálogo, da reflexão, do planejamento e da avaliação, em que o professor, como responsável direto, visa desenvolver seu trabalho de forma correta.

A parceria com a criança enriquece, sobremaneira, o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para ilustrar a parceria positiva, apresenta-se um projeto de Educação Infantil que embasam esse pressuposto intitulado “Circo para as Crianças” (ARQUIVO PESSOAL, 2013).

Através do diálogo a professora conseguiu desenvolver um trabalho a partir do interesse das crianças, que se iniciou em uma roda de conversa. A atividade exigiu um planejamento, pesquisas e que, de maneira interdisciplinar, conduziu por três meses a ação pedagógica. A avaliação foi realizada durante o percurso do projeto, contando com a utilização de instrumentos variados, como descritos nas figuras 9, 10, 11 e 12.

Figura 9: Portfólio



Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Figura 10: Painel dos equilibristas



Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Figura 11: Portfólio



Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Figura 12: Representação do palhaço



Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Nas atividades acima, a professora utilizou-se de desenhos, fotos e a confecção de portfólio com a temática sobre o circo, para registrar e avaliar o processo de construção de conhecimento. Percebe-se que essa professora pensou em uma ação avaliativa durante o processo, articulando os conhecimentos espontâneos e científicos. As crianças vivenciaram situações significativas como se nota no painel dos equilibristas (figura 10).

A abordagem da avaliação na Educação Infantil envolve o pensar em ações que valorizem todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, do professor, da instituição. Não existe uma forma de avaliar, requer sim um olhar reflexivo e mediador à prática.

No processo de avaliação do professor, surgem seus saberes e sua visão de mundo, ponto fundamental para que haja a mediação, o diálogo, o trabalho em conjunto com as crianças e com seus pares, de modo que o olhar reflexivo seja agregado a uma educação de qualidade.

Assim, buscou-se propor algumas situações e instrumentos utilizados como processo avaliativo, dos quais podem ser oferecidos materiais para uma boa avaliação, em que a criança faz parte do processo e o professor, como mediador, tem o desempenho fundamental de refletir sobre diversa possibilidade de atuação, demonstrando-se quão possível é realizar um trabalho de qualidade e de forma significativa com crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PESSOAL. *Projeto circo para as crianças*. Campo Grande: Ceinf Ramza Bedoglin Domingos, abril a junho de 2013.

ARQUIVO PESSOAL. *Projeto o desenho como forma de expressão*. Campo Grande: Ceinf Ramza Bedoglin Domingos, de março de 2012 a dezembro de 2013.

AULETE, F. J. C. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BERNARDES, M. E. M. O método de investigação na psicologia histórico-cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. *Psicologia Política*, v. 10, n. 20, jul./dez., 2010. p. 297-313.

GT. GRUPO DE TRABALHO. *Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação*. Portaria nº. 1.147/2011, Brasília: MEC, 2012.

HOFFMANN, J. *Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LIMA, E. A.; SILVA, A. L. R.; RIBEIRO, A. E. M. Reflexões sobre a educação infantil: contribuições da teoria histórico-cultural. *Revista Interfaces*, Suzano, ano 2, n. 2, p. 16-20, out., 2010.

LOPES, K. R.; MENDES, R. P.; FARIA, V. L. B. *Livro de estudo: Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação a Distância, Coleção Proinfantil, módulo IV*. Brasília: MEC., 2006.

NOGUEIRA, E. G. D.; URT, S. C. *Avaliação do desenvolvimento da criança*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

OLIVEIRA, M. K. Escolarização e desenvolvimento do pensamento: A contribuição da Psicologia Histórico-Cultural. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n. 10, set./dez. 2003. p. 23-34.

ORIGEM DA PALAVRA. Portal de Etimologia. *Lista de palavras*. 2010. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/pericia/>. Acesso em: 20 jul. 2014.

NASCIMENTO, C. P. As pesquisas em educação e em psicologia escolar na teoria histórico-cultural. In: 34ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. *Anais...* Natal: Anped, 2011. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT20/GT20-101%20int.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em agosto de 2014.

Aceito em outubro de 2014.